

A banalidade do mal na atualidade: as redes sociais *online* como espaços de guerra

Julia Penachioni¹

Patricia Cúcio Guisordi²

Thiago Prada³

Resumo: O artigo propõe uma reflexão sobre a violência produzida e reproduzida dentro do ciberespaço através das ferramentas de redes sociais *online*. Para isso, contextualiza o momento histórico atual como sendo aquele marcado pela soberania imperial, conceito desenvolvido por Negri e Hardt. Sendo a guerra generalizada e constante, busca-se evidenciar como tal estado afeta as interações humanas, sobretudo através das redes sociais *online*, as quais permitem que o sujeito evidencie seu pensamento e visão do mundo através do compartilhamento dele através de imagens e textos.

76

Palavras-chaves: Guerra; Império; Mídia social online; Ódio.

Abstract: This article is a reflection about the violence that is produced and reproduced inside of the social media. For this, its consider the current context as an Empire context, term that was developed by Negri and Hardt to explain the current sovereignty. In this context the war occurs in all spaces and the authors try to explain how this condition affets the human relations until in the social media what is an environment that people could post what they think ..

Keywords: War, Empire, Social media, Hate.

¹ Mestranda em Ciências Sociais pela PUC/ SP.

² Mestranda em Ciências Sociais pela PUC/ SP.

³ Mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP.

Introdução

O presente texto é fruto de uma série de artigos que os autores vêm desenvolvendo na busca de refletir sobre o uso das redes sociais *online* (tecnoredes) para a banalização do mal e como isso acarreta na impossibilidade de construção de um *Comum*.

A proposta neste artigo é a de realizar uma reflexão teórica de como o estado de guerra global se imiscui nas relações sociais, sobretudo naquelas ocorridas no ciberespaço através das redes sociais *online*. Dessa maneira, o texto se divide em quatro partes em que: a primeira traz um contexto sobre a ordem mundial, a segunda aborda a questão do espaço como ciberespaço e as redes sociais *online*, a terceira fala sobre a violência e a banalidade do mal e a última é uma proposta de reflexão sobre o cenário contemporâneo.

Império e a guerra total

Império é um conceito desenvolvido por Hardt e Negri no final do século XX que visa explicar uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas que estão ocorrendo no mundo com o advento da globalização neoliberal. Pode-se compreendê-lo como uma nova rede de poder e forças políticas que rompe com as formas pré-estabelecidas pela modernidade.

Império é caracterizado pela fluidez de forma, um ir e vir de formação e deformação, geração e degeneração. (...) O Império pode ser definido como um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão, a soberania imperial funciona em três momentos distintos: um inclusivo, um diferencial e um terceiro, gerencial. Num primeiro momento todos são admitidos dentro do Império, num segundo momento as diferenças preexistentes são organizadas dentro do Império, e, num terceiro momento, hierarquizadas. É, através, mas não somente, de um processo de estriamento que a soberania funciona. (ANDREOTTI, 2005, p. 371).

O funcionamento do Império, sintetizado acima em três etapas por Andreotti, pode ser pensado como se ele, o Império, fosse um “decodificador de DNA”. Esse DNA seria o do mundo globalizado, tal qual o DNA humano; assim sendo, primeiramente o Império absorve este DNA do mundo, com sua expansão; num segundo momento ele realiza rupturas em seu código genético -

separando as diferentes moléculas e, por fim; ele reorganiza este DNA em uma nova hierarquia na qual todos os elementos anteriormente decodificados são agora estruturados em uma ordem diferente.

Dessa maneira, pode-se compreender que o processo do Império não é destrutivo, no sentido de exclusão e eliminação, mas, ao contrário, ele é inclusivo e reorganizador de elementos absorvidos, criando rupturas, deformações e degenerações. Com efeito, o Império não é algo que venha de fora, como um elemento negativo, em um processo dialético que, ao cabo, destruiria completamente a realidade do mundo para formar uma nova realidade completamente diferente da anterior. Ele é endógeno e “produtivo” em sua própria lógica funcional. Utilizando ainda a analogia biológica, o Império seria como um processo autoimune: não é um elemento que venha do exterior e invadiria a realidade, mas que brota da própria constituição dos elementos históricos, sociais, econômicos e políticos. Desta forma, o que os autores fazem é uma descrição da situação histórica e suas transformações entre moderno e pós-moderno através de uma causalidade endógena do processo.

É necessário frisar que a noção de Império trabalhada por esses autores difere da ideia de imperialismo, período da busca por novos mercados consumidores dos produtos da Revolução Industrial no final do século XIX e início do XX e que:

Ponto de partida era o reconhecimento de que a ordem global contemporânea já não pode ser entendida adequadamente nos termos de imperialismo, tal qual praticado pelas potências modernas, com base essencialmente na soberania do Estado-Nação ampliada para territórios estrangeiros. Em vez disso, surge agora um “poder em rede”, uma nova forma de soberania, que tem como seus elementos fundamentais, ou pontos nodais, os Estados-nação dominantes, justamente com as instituições supranacionais, as grandes corporações capitalistas e outros poderes (HARDT, NEGRI. 2005).

O Império é então um regime de soberania diferente da soberania do período imperialista, pois a soberania não se encontra mais localizada no Estado-Nação, mas de maneira fluída, fragmentada, móvel e expansiva, sem um exterior definido por fronteiras, não há mais o “fora”, o Império é imanente e abarca todos os fluxos e processos constituintes do mundo. Por isso, ao falar sobre a guerra, Negri (2003) diz que todas as guerras são necessariamente guerras civis,

no sentido de ser um conflito interno de uma sociedade que se tornou global. Isso porque, na atualidade, devemos pensar a guerra em termos moleculares por oposição ao molar, ou seja, pensar a partir dos micros conflitos ao invés dos conflitos entre potências soberanas como no imperialismo. A guerra civil se caracterizaria, portanto, por conflitos num espaço compartilhado em diversas frentes variáveis, ela não se refere mais a blocos como nações que disputariam o poder entre si, mas quase que infinitas e variadas guerras internas dentro desse mundo imperial.

Desta forma, as crises internas do Império ocorrem, não por conta de um inimigo externo, mas pelas tensões de seus próprios movimentos internos de absorção, rupturas e reordenamentos. A fim de exercer o controle necessário, existe uma adequação entre tecnologias de governo e produção de subjetividade, entre a disciplina e o controle, sendo que hoje, a guerra é extensão do controle e disciplina:

A guerra, neste ponto, não é poder puramente destrutivo, é mais poder de ordenamento, constituinte, teleológico, portanto inscrito na duração como atividade seletiva, hierarquizante. A guerra é longa, infinita e, por outro lado, seletiva hierárquica; ela desenha espaços e confins. Eis aqui a qualificação pós-moderna da guerra (NEGRI, 2003. p. 187).

79

Neste momento pode-se realizar uma reflexão acerca do nosso trabalho, pois, de que espaços e confins são estes? A (nossa) hipótese é a de que esses conflitos moleculares no interior do Império acabam por gerar uma série de consequências. Com efeito, dado o movimento de administração das tensões através de novas hierarquias e processos coercitivos e essa administração ocorrer em um processo de guerra e estabelecimento das diferenças entre os elementos internos, como dito anteriormente, a violência e o ódio surgem aqui como elementos chaves. Isso porque:

A soberania é, pois, um poder relativo, não absoluto, que funciona com base na hipótese segundo a qual é capaz de resolver as numerosas hostilidades e, vez por outra, de intervir na decomposição espaço-temporal das relações de força. Como disse Heráclito, a soberania é guerra, e a guerra nunca é um simples jogo entre dois, mas é definida por uma multiplicidade, uma multidão. Não há nenhuma garantia de que as guerras civis que nascem no Império apresentem os caracteres de uma luta para a afirmação. De fato, a maior parte das batalhas conduzidas em nome dos

pobres, dos oprimidos, dos justos são meras lutas para o primado nas hierarquias do poder imperial. Forças que exigem para si a representação dos interesses dos miseráveis da terra entram em conflito com outras tantas que pretendem simbolizar justiça e paz para todos; mas estas guerras civis são apenas lutas completas para obter o poder nas hierarquias imperiais. *Como poder descobrir um eixo diferente da guerra civil que contraponha a multidão ao controle imperial?* (NEGRI, 2003, [grifo dos autores], 83-84).

A violência e o ódio acabam por se tornar armas potentes nessa guerra, pois separam através das diferenças estabelecidas, formando grupos e massas homogêneas e identitárias que guerreiam uns com outros grupos na criação de um inimigo comum que se tornam a encarnação de um mal que precisa ser combatido e, se possível, dominado, até mesmo eliminado, para manutenção e conquista de uma harmonia e equilíbrio. Isto significa que aquilo que é global no Império é levado ao nível das subjetividades produzidas no contexto social, histórico e político que vivemos.

As guerras civis servem ao movimento de degeneração e corrupção do Império, separando cada vez mais pelas diferenças seus elementos, ao invés de compor em uma nova potência afirmativa. O estado de guerra é inevitável no Império, e a guerra funciona como instrumento de domínio (HARDT, NEGRI 2005, p.11). Mais do que a guerra entre nações, o estado de guerra passa a permear as relações humanas e a criar sociabilidades belicosas dentro do tecido social.

Percebe-se com isso que o estado de guerra potencializa o discurso do ódio e inviabiliza a democracia, já que o estado de exceção (estado de guerra) passa a ser permanente, buscando o acirramento do ódio que torna irreconciliáveis as diferenças.

Se no livro Império existe uma análise direta das mudanças políticas e sociais contemporâneas no cenário global, no livro “Isto não é um manifesto”, Negri e Hardt realizam uma análise indireta dos ciclos de lutas que irromperam em 2011, através do que denominam de “figuras ou formas dominantes de subjetividade”, produzidas no contexto neoliberal atual.

As quatro figuras subjetivas são produzidas através de operações e transformações sociais e antropológicas geradas na crise neoliberal, cada aspecto desse contexto atual produz uma forma específica de subjetividade, que

se compõe com as outras. No entanto, para prosseguirmos é necessário que entendamos o que é a subjetividade para estes autores bem como a importância que tem em suas análises.

O conceito de subjetividade dos autores é baseado em diversos pensadores contemporâneos, sobretudo no trabalho de Michel Foucault, e se opõe à tradição do pensamento essencialista e *a-histórico*, portanto, universal. É, com efeito, uma crítica à metafísica do sujeito, ou seja, uma crítica ao sujeito que seria dotado de uma consciência plena e de livre-arbítrio em suas ações, o que se pode chamar de indivíduo autônomo, seja no plano transcendental ou do idealismo, calcado em uma natureza humana a priori.

No livro intitulado “5 lições sobre Império”, Negri (2003) cita as três produções de subjetividade que o filósofo Michel Foucault analisou em sua obra, sendo que a primeira se dá pelo discurso da ciência, ou seja, como este se consolida como ciência e esta, a ciência, diz o que um sujeito é, sendo uma forma discursiva. Outra forma é a extra-discursiva, através de práticas que cindem o sujeito, ou seja, de classificação do sujeito tornando-o um objeto, como no caso da divisão entre o louco e o são, o saudável e o doente, o homem de bem e o criminoso, e, por fim; a última maneira da produção da subjetividade para Foucault é a supra determinação do próprio poder através de técnicas disciplinares e de controles, é a dobra do poder que o sujeito realiza em si mesmo no cuidado de si:

Precisamos, então, começar a considerar o sujeito em relação às modalidades de conhecimento específicas de cada época. O sujeito é o produto diferente das diversas tecnologias em jogo em cada época: elas são, ao mesmo tempo, as do conhecimento e as do poder. Cada sujeito é, pois, o resultado de um processo de subjetivação (NEGRI, 2003, p. 180).

Sendo herdeiro do pensamento de Foucault, subjetividade, para Negri (2003), é, portanto, sempre uma produção relacional entre o sujeito e um contexto histórico, social e político. Não se trata então de pensar uma categoria de indivíduo, do sujeito do cogito, que é o ápice da filosofia cartesiana, como o indivíduo dotado de uma razão universal, autônomo e indeterminado, ou seja, plenamente livre em suas ações e fixo em sua natureza/essência, isento dos contextos históricos e sociais nos quais está inserido. A subjetividade se estabelece sempre em uma rede de relações, assim como o poder em Foucault é algo que se produz e circula entre sujeitos em conjunto com seu contexto. Pode-

se sintetizar a conceituação de subjetividade a partir deste parágrafo de Negri:

Em Espinosa, há também outro elemento extremamente importante. Elemento que, pelo aporte de Nietzsche ao pensamento contemporâneo, expressar-se-á, em época contemporânea, na filosofia de Deleuze e de Foucault. Trata-se da definição de *subjetividade* – da subjetividade política como do conceito de subjetividade *tout court* – como produto de um conjunto de relações. Não há mais, portanto, quando se define o sujeito, a possibilidade de fazer repousar sua definição em elementos metafísicos. (...). Dessa maneira, portanto, o sujeito é definido por meio de sua relação com o conjunto, o que significa dizer (estamos nos repetindo) que o sujeito não possui subsistência a não ser na relação, e que as qualificações jurídicas e políticas podem chegar-lhe somente do jogo da interação (NEGRI, 2003, p141-142).

Estabelecido o conceito de subjetividade, será possível agora pensarmos na produção de subjetividade no cenário atual, produção essa que possui quatro figuras: endividado, mediatizado, securitizado e representado:

O triunfo do neoliberalismo e sua crise mudaram os termos da vida econômica e política, mas também operaram uma transformação social e antropológica, fabricando novas figuras de subjetividade. A hegemonia das finanças e dos bancos produziu o *endividado*. O controle das informações e das redes de comunicação criou o *mediatizado*. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construiu a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o *securitizado*. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha, despolitizada: o *representado*. Essas figuras subjetivas constituem o terreno social sobre o qual – e contra o qual – os movimentos de resistência e rebelião devem agir (NEGRI; HARDT, 2014, p. 21, grifo dos autores).

Lembrando que cada figura da subjetividade se dá na produção relacional entre sujeito e o contexto de conhecimento e poder no qual está inserido, logo, estas subjetividades são produtos contemporâneos que se entrecruzam no embate entre os múltiplos dispositivos de controle existentes atualmente, que separam de cada sujeito aquilo que ele pode fazer, tornando-o subjetivamente um sujeito despotencializado.

O significado de ser separado daquilo que ele pode fazer, ter sua potência esvaziada é, com efeito, não ser capaz mais de agir efetivamente na realidade, mas somente reagir, ficando em um estado reativo, muitas vezes de sofrimento, distante da ação política que possa modificar a situação na qual se encontra, ou

seja, as figuras da subjetividade são produções justamente nas teias do Império, que, como foi dito anteriormente, segmenta, deforma e degenera tudo o que engloba.

Abaixo passamos a descrever as características destas figuras, focando na figura do mediatizado por último, que interessa sobremaneira para este trabalho:

O endividado tem sua vida controlada pela austeridade e estratégias de sobrevivência que a delimitam, graças às novas linhas de crédito, empréstimo bancário e outros tipos de financiamento criados para adquirir produtos e alimentando o consumo, bem como adquirir os sonhos de uma casa ou carro próprio. Depois de um tempo, a dívida se torna um peso moral, pela responsabilidade que cada um toma para sua vida de saldar essa dívida, aprofundando um empobrecimento de vida, colocando cada sujeito endividado na culpa e miséria.

O securitizado é aquele que vive o medo constantemente, temendo sempre o outro: torna-se, portanto, um eterno vigilante do outro em seus comportamentos e aceita viver sob os múltiplos dispositivos de segurança a fim de eliminar a ameaça que o outro e o seu meio social cria para sua existência e não hesita em usar esses mesmos dispositivos com os outros que considere perigoso.

O representado é o esgotado politicamente, ele não vê maneiras de agir politicamente no mundo senão pela ideia da representação, confiando somente num sistema político de representação, dando a outro, a uma figura política, os meios de agir no mundo intermediando seus desejos.

Por fim, a figura da subjetividade que mais nos interessa, o mediatizado, é o do sujeito imerso e sufocado pelo excesso de informações. Para os autores, a questão da comunicação e expressão hoje não envolve mais apenas a repressão, como em governos totalitários que barram a livre expressão nas redes sociais e a própria existência de tais redes em seus meios comunicacionais, mas, ao contrário, incita constantemente a expressão - sempre que se revela como uma articulação rasa, pouco aprofundada, da reflexão crítica do pensamento.

Todavia, essa figura do mediatizado não é a de um sujeito alienado para os autores, pois segundo eles, enquanto o trabalhador alienado tem sua consciência dividida e separada, a consciência do mediatizado é completamente inserida e absorvida pela rede, tendo sua consciência dispersa e fragmentada em

meio a tantas multiplicidades virtuais de informações, novidades, sites, produtos novos e etc.

Ao contrário do que se poderia supor, o sujeito imerso neste mar de informação não é passivo, pois este mar nos convoca o tempo todo a participar dele, navegando em suas postagens, com comentários, ou postando e compartilhando notícias, contribuindo com opiniões, narrativas de nossas vidas e experiências, imagens, vídeos, o que leva a um paradoxo para Negri e Hardt: o mediatizado não é nem passivo, visto suas ações serem estimuladas, nem ativo, posto que suas ações não provocam efetivamente mudanças, logo, é uma figura neutra absorvida na rede, “na figura do mediatizado reside a inteligência humana mistificada e despoticizada. Ou melhor, “o mediatizado está pleno de informação morta, sufocando nossos poderes de criar informação viva” (HARDT e NEGRI, 2014, p. 30).

É possível pensar então nesta figura de subjetividade como a de um sujeito dentro do ciberespaço, receptor de múltiplas informações, sem um filtro adequado e crítico dessas mesmas informações, reproduzindo discursos de ódio? Considerando sua capacidade do pensamento despoticizada, separada daquilo que ela pode, com efeito, pode-se conjecturar o quanto as ações desses sujeitos são meramente reprodutivas de notícias, discursos e informações que potencializam a violência e o ódio existentes e trazem para o contexto micro (cotidiano) a guerra que se dá no plano macro (relações internacionais).

Espaço e redes sociais

Em meados do século XX os avanços tecnológicos no campo da tecnologia da informação e comunicação permitiram a popularização da Internet e a construção de um novo espaço social (o ciberespaço (LEMOS; LÉVY, 2012) o qual reproduz e amplia as diferentes formas de interações e de reprodução da vida social através das inúmeras ferramentas desenvolvidas em seu interior.

O desenvolvimento das ferramentas de programação cria, no ciberespaço, ambientes de sociabilização virtual, porque neles, em certa medida, ocorreram ou continuam a ocorrer algum tipo de interação social, através das redes sociais *online* tais como *Facebook*, *Twitter*, *Orkut*, *Flickr*, *Instagram* e etc. Estas “redes sociais” ao longo dos anos se proliferaram e permitiram que os sujeitos, mesmo aqueles que quase não possuem interações ou ainda que não mais interagem entre si,

mantenham-se ligados até que haja uma ação de “desligamento”, o que as difere das redes sociais *off-line* as quais são totalmente dependes das interações entre os sujeitos para continuarem existindo. No caso do *Facebook*, rede social *online* mais popular do Brasil, para desligar-se de alguém é necessário uma ação de “desfazer a amizade” no perfil de quem se deseja desligar.

Os sites de rede social tiveram um impacto profundo no cotidiano das pessoas, alterando a forma como se relacionam, constroem e percebem valores e mesmo como constroem significados e sentidos. Eles não apenas refletem essas redes (*redes sociais off-line*), mas influenciam sua construção e com isso, os fluxos de informação que circulam nesses grupos (RECUERO in RECUERO 2013, p. 242).

Sendo as redes sociais *online* um espaço de troca, ou um ambiente de relações entre os sujeitos, em seu interior encontra-se um constante fluxo comunicacional. Assim:

(...) As redes sociais online, com suas estruturas características atuam como um complexo dinâmico, capaz de levar informações a nós mais distantes. O coletivo de atores, interconectado funciona como um meio, por onde a informação transita. (...) Essas redes, desse modo funcionam também como meio de comunicação. Cada laço estabelecido no ciberespaço é, deste modo, um canal de trânsito de informações entre sujeitos e entre coletivos. *Redes sociais online constituem-se, portanto, em mídia emergente, fruto de dinâmicas coletivas dos atores na difusão de informações no espaço digital.* (RECUERO, 2012 – grifo dos autores).

Esse fluxo comunicacional se dá através da publicação de informação de sua autoria ou do compartilhamento da publicação de outros sujeitos (de amigos ou de perfis institucionais tais como revistas, jornais e etc) que pode ser lida, “curtida”, comentada e/ou compartilhada. Assim surge o público em rede (BOYD in RECUERO, 2012) que se caracteriza pela possibilidade de armazenamento do que foi publicado; a possibilidade de busca destas informações; replicabilidade e o surgimento das audiências invisíveis. É importante notar que ao compartilhar um link de informações que não foram produzidas por si, se compartilha uma informação mediada por outra mediação (RECUERO, 2012) e que carrega consigo o olhar daquele que primeiramente a publicou.

Pode-se então perceber que através das redes sociais *online*, mas não somente delas, cria-se um grande mural informacional dentro do ciberespaço potencializando a figura do mediatizado tratado acima, pois cada nó (ou sujeito) está imerso em uma grande teia comunicacional na qual muitas informações mediadas por outros sujeitos chegam até ele que pode reproduzir, replicar ou remediar a informação sem, portanto, um compromisso de análise (seja da fonte ou da veracidade) da informação.

Tal forma de se relacionar é comum sobretudo nas redes sociais online onde as informações escritas e compartilhadas são tanto o meio comunicacional quanto a mensagem que se deseja expressar o que possibilita a perpetuação dos ciclos de ódio e racismo.

É possível observar neste espaço, o das redes sociais *online*, a disseminação de diversos *posts* contendo imagens que nos remetem à violência simbólica e discursos de guerra. Conectando tal fato corriqueiro do cotidiano com o contexto social global oriundo da máxima *hobbesiana* da “guerra de todos contra todos” tão bem trabalhado pelos autores Negri e Hardt (2003) pode-se observar que os sujeitos e as teias de relações que eles criam dentro das redes sociais online explicitam o estado de guerra e a construção de um inimigo comum conforme seu posicionamento político, religioso ou ideológico.

Inúmeras imagens contendo discurso de ódio são publicadas por diferentes perfis/sujeitos no *Facebook*. Tais imagens transmitem mensagens de ódio, intolerância e de banalização da violência. Percebe-se que a violência e a intolerância ou incitação à elas está presente em qualquer dualidade, seja política, sexual, racial, religiosa etc. Nota-se assim que, as redes sociais online embora utilizadas para mobilizações políticas a favor da democracia e dos direitos humanos, como se observa nas campanhas promovidas por diferentes organizações da sociedade civil como Anistia Internacional e organismos internacionais como UNESCO, também são utilizadas como espaços de guerra que perpetuam o ódio ao diferente, impossibilitando muitas vezes a construção de uma “conversação” entre defensores de ideias divergentes e, por consequência, da democracia.

Tal fato tornou-se mais evidente no Brasil durante as eleições presidenciais de 2014 onde as denúncias de crime de ódio cometidos na web aumentaram em 84% conforme reportagem do jornal Folha de São Paulo. As denúncias contra

discursos agressivos na internet foram feitas à Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, que recebe denúncias anônimas de delitos contra os direitos humanos e dos animais. Nas eleições do referido ano foram registradas 8.429 acusações que envolvem crimes de incitação ao ódio no período de 1º de julho a 6 de outubro.

Publicações incitando o ódio ao nordestino, por exemplo, “viralizaram” nas redes sociais online logo após o anúncio do término da apuração do pleito, mostrando como a democracia é abalada pela incitação à violência e o não respeito à diversidade. Dessa forma, pode-se refletir se não será a democracia uma exceção em um mundo onde o estado de guerra aparenta ser o *status quo*.

A guerra configurada como um período de exceção marcava um período em que os direitos democráticos estariam suspensos, porém com a proposta de uma guerra contínua e global a democracia, como tido acima, torna-se a exceção o que faz com que o respeito às diferenças se torne cada vez mais raro - o que se percebe ao ler os mais diversos *posts* que apontam para a construção de uma cruzada, uma guerra do bem contra o mal, a qual justifica “falas” duras e violentas que atingem a dignidade humana. Isto faz com que a guerra se transforme em uma relação social permanente que passa a “ditar” as formas de interação social.

Por fim, o compartilhamento deste estado de guerra apenas banaliza o termo “guerra” e a violência que ele produz e reproduz. Percebe-se tal banalização ao se utilizar termos como “guerra a violência”, “combate à fome”, “marketing de guerrilha” e etc. Ao usar estes termos cotidianamente ocorre a dissociação de sua real imagem (destruição em série, mortes e etc.), já que no imaginário popular o termo passa a ser uma figura de linguagem apenas utilizada para reforçar algo que se deseja “destruir” ou “apagar. Desta forma ocorre a banalização da violência que pode ser compreendida como a banalização do mal, o que discutiremos melhor a seguir.

O ódio e a violência banalizados

Embora Hardt e Negri (2009) tenham pontuado suas diferenças em relação ao pensamento arendtiano da dissociação do trabalho (*Homo Faber*) e da política⁴,

⁴ Os autores pontuam que a sociedade analisada por Hannah Arendt é diferente da atual, uma vez que a sociedade que Hannah estava analisando era uma sociedade industrial e por isso disciplinar e que hoje vivemos em um período do trabalho imaterial o que transformou a sociedade

expondo que a biopolítica é a junção da vida (*Labor* para Arendt), do trabalho e da política, pode-se perceber no contexto de um mundo globalizado que o conceito de banalização do mal se mantém atualizado e é relevante para a reflexão proposta por este artigo.

Na análise de Arendt, o século XX foi marcado por guerras e revoluções, duas questões políticas básicas que desde os primórdios determinam a política em si, sendo justificadas pela causa da luta entre liberdade e tirania. No entanto, o conceito de liberdade foi sepultado nos últimos tempos e o termo tem sido insinuado dentro dos debates políticos a respeito de uma guerra e de um emprego da violência justificáveis (ARENDR, 1990).

(...) uma teoria da guerra, ou uma teoria da revolução, apenas pode tratar da justificação da violência, já que essa justificação constituiu a sua limitação política; se, por um lado, chega-se a uma glorificação ou justificação da violência como tal, isso não seria mais política, mas antipolítica (ARENDR, 1990. pp.15-16).

No final do século XX, de acordo com Negri e Hardt (2003) surge uma nova forma de soberania, compreendida como Império o qual é configurado pela noção de universalidade do mercado, globalização que transforma a política em biopolítica (ANDREOTTI, 2005). Têm-se agora diferentes subjetividades que foram moldadas por essa nova realidade social, sendo que para a presente questão, da violência banalizada nas redes sociais online, a subjetividade que ganha destaque é a do mediatizado, que vive imerso na internet, seja nas redes sociais *online*, wikis ou blogs e é engolido pelos discursos e informações midiáticos, que transformam o sujeito em um reprodutor em série incapaz ou indisposto à reflexão própria (NEGRI; HARDT, 2014).

Hannah Arendt explica que a violência tem caráter instrumental, a partir disso pode-se perceber uma mutação dos instrumentos pelo desenvolvimento de novas tecnologias, considerando-se que a internet e as redes sociais online têm sido as maiores ferramentas de interação humana e se tratando de formas de violência, não poderia ser diferente. Conforme observado, as eleições presidenciais de 2014 foram um marco da violência na internet no Brasil e uma razão para tal pode ser explicada a partir do conceito de banalidade do mal. Embora o termo “banalidade do mal” tenha sido criado em contexto totalmente

em uma sociedade de controle. (NEGRI. HARDT 2009)

diferente do da sociedade contemporânea, sua relação com o presente se justifica em comportamentos similares aos observados durante o regime nazista. Citando o relato de David Rousset, ex-prisioneiro do campo de concentração do Buchenwald:

O triunfo da SS exige que a vítimas torturada permita ser levada à ratoeira sem protestar, que ela renuncie e se abandone a ponto de deixar de afirmar sua identidade. E não é por nada. Não é gratuitamente, nem por mero sadismo, que os homens da SS desejam sua derrota. Eles sabem que o sistema que consegue destruir suas vítimas antes que elas subam ao cadafalso... é incomparavelmente melhor do que manter todo um povo em escravidão. Em submissão. Nada é mais terrível do que essas procissões de seres humanos marchando como fantoches para a morte (*Les Jours de notre mort*, 1947, apud ARENDT, 1999).

A questão aqui não se trata da tragédia do povo judeu e de como foram aos poucos perdendo sua identidade humana, mas dos seres humanos envolvidos no grande processo para exterminá-los e de como suas mentalidades funcionavam – lógica que pode ser trazida para o contexto dos dias atuais ao se verificar como as falas de ódio são compartilhadas voluntariamente por diferentes sujeitos da “rede”.

Ao presenciar o julgamento de Eichmann em Jerusalém (responsável pela logística dos trens que levariam os judeus aos campos de concentração e, conseqüente, à morte) Arendt relata que ao chegar a Israel sua expectativa era de encontrar um monstro como todos diziam, no entanto, encontrou um ser humano como qualquer outro e pior, que poderia ser qualquer pessoa. Em suas próprias palavras,

O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. Do ponto de vista de nossas instituições e de nossos padrões morais de julgamento, essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que – como foi dito insistentemente em Nuremberg pelos acusados e seus advogados – esse era um tipo novo de criminoso, efetivamente *hostis generis humano*, que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado (ARENDT, 1999, p. 299).

Esse ponto de reflexão com relação à violência é estremeceador. Se naquele caso, tratando-se de um criminoso de guerra nazista, há um perfil de ser humano com características comuns mesmo sendo capaz das maiores atrocidades, não é difícil imaginar como os praticantes da violência na forma contemporânea, dentro do ciberespaço, são pessoas que se misturam na massa. O cenário atual é até pior, porque agora as pessoas se escondem atrás de computadores, tablets, celulares e todo o tipo de aparelho onde é possível reproduzir as mais diversas expressões de ódio anonimamente. Os criminosos nazistas tinham rosto e muitos pagaram por isso no pós-guerra, mas de qualquer forma também se esconderam por meio de um sistema extremamente burocrático e pela alegação de que “apenas estavam seguindo ordens” e isto, de acordo com Arendt, é o maior mal do mundo: o mal cometido por ninguém.

O mal cometido por homens sem motivo, sem convicções, sem corações perversos ou vontades demoníacas, por seres humanos que se recusam a ser pessoas. E isso é esse fenômeno que chamei de “banalidade do mal” (VON TROTTA, 2012).

Chega-se a um momento crucial ao se pensar a banalidade da violência, quando as indagações “como” e “por que” são inevitáveis. Por que as pessoas desfilam frases raivosas, de ódio, umas contra as outras simplesmente por opções políticas, sexuais e religiosas diferentes em um país democrático? Por que a diferença, de forma geral, gera tanto ódio ou medo nos seres humanos?

Os nazistas tentaram incessantemente provar sua superioridade ariana e conseqüentemente a inferioridade dos judeus, ciganos e outros “indesejáveis” por meios biológicos, como experimentos médicos ao estilo Dr. Frankenstein. Comumente a sociedade alemã da época se referia aos judeus como ratos, criando a imagem de sujos, transmissores de doenças, como mostram as Leis de Nuremberg de 1935, que buscavam “preservar” o sangue alemão ao proibir o relacionamento de pessoas “da raça ariana” com judeus, que deviam ser devidamente identificados. Tornar o outro animalesco é uma forma de roubar-lhe a humanidade, ação comum na sociedade contemporânea que usa nomes como: baleia, veado, macaco, burro, vaca e tantos outros como forma de atacar ao Outro.

(...) paralelamente à nova versão do conceito de guerra justa surge também, como se poderia prever, o conceito afim de mal. Apresentar o inimigo como encarnação do mal serve para torná-

lo absoluto, assim como à guerra contra ele, tirando-o da esfera política – o mal é o inimigo de toda a humanidade (HARDT; NEGRI, 2005, p. 37).

Em relação às perguntas anteriores de como o mal banal é possível, existe uma linha de raciocínio que foi desenvolvida por Arendt, uma forma de reflexão usada para se pensar a questão em relação à faculdade humana do pensamento e que é brilhantemente apresentada no filme sobre sua vida:

Desde Sócrates e Platão costumamos chamar “pensar” o estar engajado em um diálogo silencioso entre mim e mim mesmo. Recusando-se em ser uma pessoa, Eichmann abriu mão completamente de uma qualidade única que define o ser humano, a de ser capaz de pensar e, conseqüentemente, ele não era mais capaz de fazer julgamentos morais. Essa incapacidade de pensar criou a possibilidade de muitos homens comuns cometerem atos malignos em uma escala gigantesca, do tipo nunca visto antes. É verdade que eu considere essas questões de forma filosófica. A manifestação do “vento do pensamento” não é o conhecimento, mas a habilidade de distinguir o certo do errado, o belo do feio. E eu espero que pensar dê às pessoas a força para prevenir catástrofes nesses raros momentos decisivos (VON TROTTA, 2012).

91

O poder, que é constituído a partir de um grupo de apoio pode gerar a “paixão pela instrumentalidade”, principalmente em regimes totalitários em que o líder é carismático. Como explica Maria Rita Kehl (2004, p. 3):

A paixão da instrumentalidade é a via para se entender os efeitos da perversão social sobre o neurótico. Trata-se da servidão voluntária do neurótico, capaz de fazer qualquer coisa para se colocar a serviço do gozo de um Outro. Sabemos até que ponto é possível a um mestre perverso submeter os neuróticos comuns. A adesão de grandes contingentes da sociedade alemã ao projeto de extermínio dos judeus, orientado por uma pretensa racionalidade técnico-científica e coordenado por um Leviatã maligno, é prova do que os neuróticos são capazes quando são convocados por um Mestre perverso. Mas a perversão, no laço social, não produz sujeitos perversos. Produz neuróticos, aprisionados em sua paixão por se fazer instrumentos do gozo do Outro.

Assim, a paixão pela instrumentalidade é dissolver-se na massa, abrir mão do pensamento próprio negando qualquer tipo de responsabilização por seus atos e palavras. Nisso se materializa a banalidade do mal, a incapacidade de pensar individualmente como forma de ignorância passível de tornar-se violência.

O mediatizado no conceito de Hardt e Negri pode ser pensado a partir desse conceito de Arendt, com a ressalva de que se trata não de uma pessoa alienada, mas afogada em informações fragmentadas e constantes, gerando no sujeito uma consciência também fragmentada. Por isso, sente urgência na participação por meio de emitir a sua opinião nas redes sociais online sobre os mais diversos assuntos e necessitado de mostrar-se a si mesmo como uma pintura que foi encomendada a gosto do freguês.

Com esse impulso de “participação” (superficial) possibilitada por esse novo espaço, o ciberespaço, todo esse cenário é colocado em prática e o mal se mostra mais banal a cada frase de ódio escrita com orgulho em um mural de *Facebook*. O ódio pelo outro, pelo diferente, pela opinião divergente, gerado pela falta de informação ou pela avalanche de informações das quais se leem somente manchetes. Um ódio que a qualquer momento pode se materializar e muitas vezes se materializa, na violência. Uma violência banalizada que transferiu a “guerra” para novos espaços inimagináveis anteriormente – dentro da casa e da mente das pessoas.

(...) o perigo da violência, mesmo que esta se movimenta dentro de uma estrutura não-extremista de objetivos a curto prazo, será sempre que os meios poderão dominar os fins. Se os objetivos não forem alcançados rapidamente, o resultado será não meramente a derrota, mas a introdução da prática da violência em todo o organismo político. A ação é irreversível e um retorno ao status quo em caso de derrota é sempre pouco provável. A prática da violência como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento (ARENDDT, 2013, p. 140).

Reflexões finais

A proposta desse artigo em trabalhar principalmente com autores da filosofia política, nos remete a um posicionamento de indagação e reflexão crítica sobre o atual momento que vivemos na realidade virtual em conjunto com as condições políticas da sociedade brasileira.

A observação de casos de discurso de ódio cotidianamente e de maneira recorrente nas redes sociais *online* é o ponto inicial para uma reflexão sobre as causas e motivações para tais discursos e sobre quais são os objetivos reais para tal mobilização, literalmente bélica, que promove chamadas para combates e formações de um grupo contra outro, que acabam por se traduzir em ações reais e concretas de violência.

A partir do aporte teórico deste artigo, elaboramos uma problematização sobre o uso das redes sociais *online* como um espaço comunicacional de produção, reprodução e disseminação de discursos de ódio e violência. Inserindo esse processo dentro de um contexto social macro, onde há a produção de sujeitos em contenda, separados entre si por ideais que envolvem a exclusão do diferente, utilizando as redes sociais como formas de propagação de ódio e mobilização política/religiosa atacando grupos partidários e religiosos diferentes do seu próprio, a nova ordem mundial marcada pelo neoliberalismo, a qual Negri e Hardt chamam de Império, tem como uma de suas características o estado de guerra que é pontuado por conflitos no plano das relações internacionais, mas, sobretudo, nas micro relações sociais existentes no cotidiano.

As redes sociais que permitem uma maior conectividade entre as pessoas, torna mais visível tal estado de guerra das micro relações através do uso massivo da internet, de publicações, compartilhamento de notícias e informações mais a criação de eventos, disseminando um discurso belicoso e de ódio, que é potencializado pela rede.

Essa potencialização dos discursos permite justamente uma concentração maior de sujeitos sob uma mesma discursividade, pois as redes permitem que enunciados, discursos e imagens se propaguem de maneira muito mais rápida e viral, atingindo um público usuário ainda maior do que das mídias tradicionais, realizando elos entre sujeitos que antes se encontravam distantes geograficamente, permitindo uma concentração e potencialização do discurso de ódio e possibilidades de estratégias violentas.

O que se observa, todavia, são compartilhamentos de discursos, notícias e informações muitas vezes com total ausência de uma reflexão crítica sobre o material publicado - fontes primárias não são consultadas, premissas não são avaliadas nem as consequências de tais publicações e compartilhamentos são medidas criticamente.

Isso nos leva à subjetividade do mediatizado imerso nessa rede, com sua consciência fragmentada pelas inúmeras informações ao seu alcance, sem realizar um ato de reflexão e julgamento sobre aquilo que está diante de si, levantando a questão: não será o mediatizado uma figura, na atualidade, que encarna o conceito da banalidade do mal de Hannah Arendt, já que os discursos de ódio são produzidos e reproduzidos por todos e, ao mesmo tempo, por ninguém? Ou seja, qualquer um pode reproduzir o mesmo discurso e compartilhá-lo, sem assumir uma responsabilidade ética por isso, ainda que não seja de maneira anônima, mas como mais um que apoia ideias gerais reproduzidas por terceiros, onde seu julgamento é dissolvido na massificação de informações e sua subjetividade envolvida nos afetos que permeiam o Império, subjetividades essas completamente constituídas pelo medo e pelo ódio.

Esse estado de guerra no interior da nova ordem mundial permitiria assim, rupturas e divisões internas no tecido social, facilitando o próprio movimento de seu processo em absorver e produzir novas figuras subjetivas que não se constituem em um todo múltiplo e em conjunto, mas em constante tensão entre grupos identitários, que visam a perpetuação desse estado de guerra, permitindo a dispersão desse mesmo medo e ódio entre todos, em um ciclo que parece ser retroalimentado e sem um fim possível de vislumbrar.

O Império assim continua seu processo de degeneração e corrupção, enquanto degenera também o corpo da democracia, composto por seus cidadãos em uma guerra perene entre si, que viabiliza tão somente a própria dissolução de um cotidiano vivido em comum.

Referências Bibliográficas

ANDREOTTI, Bruno L. R. “A desmaterialização do imperialismo: o conceito de Império de Antonio Negri”. In **Projeto História, São Paulo** (30), p. 369-375, jun. 2005.

ARENDDT, Hannah. **Crises da República**. Tradução de José Volkmann. 3 ed. Perspectiva: São Paulo, 2013.

_____. **Da Revolução**. Tradução de Fernando Vieira. UnB: Brasília, 1990.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução de José Rubens Siqueira. Companhia das letras: São Paulo, 1999.

KEHL, Maria Rita. “Publicidade, Perversões, Fobias”. In **Artigos e Ensaios**, 2014. Disponível em <http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/publicidadeperversoesfobias.pdf>.

LEMONS, A. LÉVY, P. **O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulos, 2012.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Para uma definição ontológica da Multidão. **Revista Lugar Comum**. V.19-20, Junho de 2009. Disponível em: < http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20da%20multid%C3%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf > Acessado em 01/04/2015

NEGRI, A. HARDT, M. **Império**. São Paulo: Record, 2001

_____. **Multidão**, São Paulo: Record, 2005

_____. **Commonwealth**, Cambridge: Harvard University Press, 2009

_____. **Declaração: isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1 edições, 2014.

PORTAL IMPRESSA. **Denúncias sobre discurso de ódio nas redes sociais dobram durante o período eleitoral**. Meio eletrônico. 10.Out.2014. Disponível em: <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/68638/denuncias+sobre+discursos+de+odio+nas+redes+sociais+dobram+durante+o+periodo+eleitoral> Acessado em: 21.Jul.2015

RECUERO, R. A rede é a mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social. In: Eduardo Vizer. (Org.). **Lo que McLuhan no previu**. 1ed.Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012, v. 1, p. 205-223. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redemensagem.pdf>> Acessado em 14.Jul.2015

SAFERNET. **Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos**. Meio Eletrônico. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br/index.html>> Acessado em 21.Jul.2015

VON TROTTA, M. **Hannah Arendt**. Meio Eletrônico (filme). Esfera Cultural: França e Alemanha, 2012